

# DIREITO CONSTITUCIONAL I

*Turma A 2017/2018 (1.º Semestre)*  
*Época Especial – 12 de Fevereiro de 2018*

## **[Tópicos de Correção]**

**Regente:** Professor Doutor Paulo Otero

**Colaboradores:** Professor Doutor Emílio Kafft Kosta; Professor Doutor Pedro Sánchez; Mestre Ivo Barroso

**Duração da Prova:** 90 minutos

### I

Alegando a necessidade de adopção de uma política preventiva de combate ao terrorismo, o grupo parlamentar do Partido ABC apresentou, na Assembleia da República, um projeto legislativo tendo em vista a proibição da entrada no território português de qualquer cidadão nacional de um Estado cuja população professasse maioritariamente a religião islâmica.

Responda às seguintes questões:

- 1) Que argumentos poderia o Partido ABC invocar para apoiar o seu projecto à luz do nosso sistema constitucional e da tradição que o inspira? (3 valores)
  - *A segurança como fim prioritário do Estado;*
  - *Os contributos históricos que priorizam a segurança colectiva sobre a dignidade individual – em especial, Platão, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Hegel...*
  - *Fundamentação à luz do texto constitucional em vigor;*
  - *O problema da eficácia da luta contra as ameaças ao sistema constitucional: tolerância para com os intolerantes?;*
  - ....
  
- 2) O Partido XYZ pretende contactá-lo para que emita um parecer jurídico demonstrando a desconformidade do projecto do Partido ABC com a Constituição própria de um Estado de Direitos Humanos. Que fundamentos usaria para suportar o seu parecer? (4 valores)
  - *Caracterização de um Estado de direitos humanos;*
  - *Traços da dignidade da pessoa humana como valor supremo do ordenamento;*

- Em especial, dignidade da pessoa humana como valor absoluto e fim em si mesmo: proibição de coisificação do ser humano;
- Contributos históricos: em especial, pensamento judaico-cristão, tomista, lockeano, kantiano, existencialista,...
- Violação do princípio da igualdade;
- Violação dos princípios da liberdade religiosa e da não discriminação;
- Violação do princípio da proporcionalidade no contexto do Estado de Direitos Humanos;
- ...

3) A sua resposta à questão anterior seria diferente se a proibição pretendida pelo Partido ABC fosse incluída na própria Constituição? (2,5 valores)

- Discussão sobre o significado da dignidade da pessoa humana como valor indisponível para qualquer comunidade política;
- Idem: referência ao debate doutrinário em Portugal;
- Em especial, os conceitos de *ius cogens* e *ius commune constitutionale*;
- O reconhecimento de valores supraconstitucionais como limitação ao princípio da soberania do Estado declarado nos três primeiros artigos da Constituição;
- Referência ao debate sobre o significado da previsão de limites materiais de revisão constitucional que protegem alguns dos valores fundantes do Estado de Direitos Humanos;
- ...

## II

Responda às seguintes questões:

1) Em que medida o pensamento de Hegel revelou uma “dupla face” que influenciou o constitucionalismo contemporâneo no tratamento da dignidade da pessoa humana? (4 valores)

- O recurso à tradição idealista de matriz kantiana para afirmação do valor da liberdade e da dignidade do ser humano;
- Em especial, o significado do conceito de liberdade em Hegel;
- O contributo para a distinção entre Homem ideal e pessoa humana individualmente considerada;
- A inspiração hegeliana sobre o existencialismo;
- A outra face de Hegel: a centralidade do Estado no fenómeno constitucional;
- O conceito de Estado na integração entre o individual e o universal;
- A dependência da integração do ser humano no Estado para a sua verdadeira realização;
- Idem: o conceito de transpersonalismo;
- A inspiração hegeliana sobre o totalitarismo;
- ...

- 2) Defina o conceito de órgão do Estado e identifique os seus elementos caracterizadores (1,5 valores)
- *Definição de órgão;*
  - *Caracterização dos elementos distintivos: centro institucionalizado; detenção de poderes funcionais; vontade funcional; imputação;*
  - *Valorização especial da distinção entre órgão, titular e agente.*

### III

Explique, de modo bem fundamentado, se está de acordo com a seguinte afirmação (5 valores):

«Na construção dos respectivos sistemas de governo, as Constituições francesa e norte-americana interpretaram o princípio da separação de poderes proclamado por Locke e Montesquieu de modo muito diverso, demonstrando a inexistência de um conceito ideal ou unitário de separação de poderes.»

- *Definição básica do conceito de separação de poderes; sua interligação com o Estado de Direitos Humanos;*
- *Desenvolvimento dos sistemas de separação e distribuição de poderes nos modelos britânico e norte-americano;*
- *As influências históricas de Locke, Montesquieu e Rousseau sobre a formulação dos sistemas opostos;*
- *A leitura norte-americana do conceito de freios e contrapesos (checks and balances);*
- *A interpretação rígida do conceito de separação de poderes pelo constitucionalismo francês;*
- *Consequências das leituras opostas do conceito de separação de poderes para o estatuto muito diverso do poder judicial em cada sistema;*
- *Consequências do princípio da separação de poderes para as relações entre os poderes legislativo e executivo na construção de sistemas de governo diferenciados;*
- *Valorização da discussão sobre qual o sistema que mais se aproxima de um modelo de separação de poderes adequado para o ideal de um Estado de Direitos Humanos;*
- ...